Fala da Ministra – Congresso da CUT – 21 DE OUTRUBRO 2023

1. **Redesenhando um Brasil para todas as pessoas**

O Brasil passou por um longo período de destruição e interrupção da implementação de políticas progressistas. As questões da igualdade e da não discriminação sofreram um ataque especial e a população mais pobre, que em sua maioria são as pessoas negras e que vivem em áreas periféricas, foram as mais afetadas com o desmonte do estado brasileiro.

Ao criar o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas o governo do Presidente Lula mostrou qual seria o direcionamento político para a implementação de políticas para a inclusão e para a igualdade na cidade e no campo.

O Brasil voltou, para cuidar do povo brasileiro! Com atenção especial para as mulheres negras, indígenas, mulheres chefes de famílias, mulheres em toda a sua diversidade. O Brasil que reconhece as desigualdades e injustiças sociais e atua para melhorar a vida da população mais pobre, para que esta possa voltar a ter esperança.

É claro que o primeiro desafio do governo LULA, neste terceiro mandato, é retomar e reconstruir instrumentos e políticas básicas que foram desmanteladas ou reduzidas desde o golpe de 2016. Foram retomados programas-chave, de nossos governos anteriores, com foco no social. Parte havia sido extinta ou paralisada.

Além das políticas que visam especificamente as mulheres, é muito importante destacar também a reconstrução de políticas sociais e econômicas, bem como medidas gerais básicas para o dia a dia das mulheres, e vamos destacar 9 (nove) delas

1. **HABITAÇÃO** — O Minha Casa, Minha Vida retornou para sana a questão do déficit habitacional e garantir imóveis subsidiados para pessoas em situação de vulnerabilidade. A meta do Governo Federal é contratar 2 milhões de moradias até o fim de 2026. **E as mulheres chefes de famílias e com filhos até 14 anos tem prioridade na titularidade.**
2. **SAÚDE** - A retomada do Mais Médicos para o Brasil assegurou a abertura de 28 mil profissionais em todo o país, principalmente em áreas de extrema, até o fim deste ano.
3. **COMBATE A FOME** - O Programa Brasil Sem Fome atua para garantir alimento a cerca de 33 milhões de brasileiros. E a fome, hoje, tem gênero, racialidade, étnica e territorialidade.

As regiões norte e nordeste são as mais afetadas pela insegurança alimentar e a fome é maior entre as mulheres e, dentre essas, as mulheres negras e indígenas são mais afetadas.

Atualmente, a fome está presente em mais de um terço dos lares chefiados por mulheres negras. 42% dos lares em situação de insegurança alimentar grave e moderada estão em lares chefiados por mulheres. Elas são as principais responsáveis por prover a estrutura de alimentação para a família, mesmo em lares chefiados por homens.

- NOSSA META DE GOVERNO É QUE O BRASIL DEIXE, MAIS UMA VEZ, O MAPA DA FOME ATÉ 2030. O PLANO BRASIL SEM FOME é a resposta do Governo Federal a essa calamidade. São 80 ações e programas, com mais de 100 metas propostas pelos 24 Ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN

Na educação, área com grande presença das mulheres destaca-se:

4. **EDUCAÇÃO** — O piso salarial de professores da educação básica foi reajustado em quase 15%, com vencimentos passando de R$ 3.845,63 para R$ 4.420,55.
- **NO ENSINO SUPERIOR** - O Governo Federal reajustou em até 200% as bolsas de estudo, pesquisa e formação de professores e estudantes, incluindo graduação, pós-graduação, iniciação científica e a Bolsa Permanência.
5. **MEIO AMBIENTE** — A proteção à Floresta Amazônica e demais biomas brasileiros, as ações de combate às mudanças climáticas e os trabalhos voltados à transição para uma economia verde, sustentável e de baixo carbono alterando o rumo do curso em relação às políticas adotadas nos últimos quatro anos.
6. **COMBATE AO RACISMO** — O combate ao racismo foi intensificado com uma série de iniciativas, em que se destacam a publicação da Lei nº 14.532/2023, que equipara a injúria racial ao crime de racismo, e do decreto que determina a reserva de 30% de cargos de confiança para pessoas negras em cargos em comissão e funções de confiança da administração federal. O prazo para que a Administração Pública alcance os percentuais é 31 de dezembro de 2025.

7. Política de valorização do salário mínimo, - Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/2023, que retoma a política de valorização do salário mínimo, sancionada em agosto de 2023, tem impacto na redução das desigualdades de renda das mulheres mais pobres, pelo fato da grande maioria delas estarem na faixa salarial de até 2 SM. Mas também reduz a diferença da média salarial, em relação aos homens, para as mulheres nas faixas de rendimentos mais altos.
8. apoio técnico e monetário a pequenos produtores agrícolas/rurais ou camponeses; e
9. retomada de políticas universais de acesso à água e à eletricidade.

Com o olhar voltado para respeitar direitos humanos, a não subestimar a importância das políticas ambientais e o enfrentamento às violências estruturais de gênero e raça. Um país que respeita o pacto federativo e busca atuar lado a lado com estados e municípios para vencer os desafios de hoje e do amanhã.

UM GOVERNO QUE RESPEITA E CUIDA DAS MULHERES

É IMPORTANTE DESTACAR 5 eixos principais na atuação do governo e do Ministério da Mulher.

1. **ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA** – pressupõe dar voz pública contra a violência sexista e reorganizar e ampliar o número de serviços (fortalecer a rede de atenção).
10. Reorganizou o serviço telefônico nacional de orientação e socorro (Disque 180), que havia sido descontinuado;
11. retomou a construção e as políticas em parceria com os governos estaduais e municípios para ampliar o número de serviços de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica – PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA
12. aprovou apoio financeiro para aluguel de mulheres atendidas nos serviços.
13. aluguel social para mulheres em situação de violência.
14. E um Pacto Nacional com Estados e Municípios para enfrentamento ao feminicídio. Isto requer uma coordenação muito forte com os Ministérios da Justiça, com os tribunais e com as redes policiais.

2-DESIGUALDADES ECONÔMICAS E DISCRIMINAÇÃO

- **Lei nº 14.611, que garante igualdade salarial entre homens e mulheres**, além de alterar a Consolidação das Leis do Trabalho.

o governo tomou a iniciativa de propor uma Lei de Igualdade Salarial ao Congresso Nacional e formou um grupo de trabalho interministerial com a participação de representantes das federações sindicais e patronais para definir as estratégias. . As empresas terão de apresentar dados e informações e propor medidas para promover as mulheres.

Certamente a diferença de rendimentos entre mulheres e homens exige ações muito além das medidas legais. Ainda mais no caso do Brasil, metade (50%) da força de trabalho é informal (não tem emprego formal ou contrato de prestação de serviços). Como a grande maioria dos trabalhadores domésticos, no comércio (setores de vendas) e nos pequenos serviços.

Portanto, políticas de rendimento como (rendimento básico de cidadania) têm as mulheres como prioridade.

- **Mulheres Rurais do Campo das Florestas e das Águas**

Para as mulheres do campo (trabalhadoras agrícolas familiares) já foram implementadas uma série de políticas de crédito, apoio técnico e financeiro à produção. Mesmo com políticas públicas de compras desses pequenos produtores. [produção agrícola de produtos alimentícios (PAA-Programa de Aquisição de Alimentos)]

3**. DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADO**

As políticas de autonomia económica das mulheres estão ligadas à exigência de políticas de cuidados, com especial atenção à ligação entre género e raça. São as mulheres pobres, em grande parte mulheres negras, que necessitam de serviços públicos de cuidados. Os primeiros passos do governo do Presidente Lula foi a com a criação de um grupo interministerial para desenvolver um Plano de Ação e sistematizar demandas e prioridades. Há toda uma gama de políticas sobre esta questão, desde:

a) expandir o tempo disponível das pessoas para cuidados (como licenças de trabalho, licenças de saúde, etc.),

b) criar e fortalecer uma rede de serviços públicos integrados; e

c) promover uma mudança nas responsabilidades que recaem sobre as mulheres.

Nos dois segmentos da população que mais demandam cuidados (crianças e jovens e idosos) temos uma grande necessidade de expansão da rede de cuidados, que está plenamente articulada com as fragilidades na autonomia económica das mulheres.

No Brasil, apenas cerca de 30% dos meninos e meninas entre 0 e 3 anos frequentam creches. E parte dos serviços não atende em tempo integral (que seriam 8 horas).

O governo federal criou recentemente um programa de contribuição financeira extra para ampliar o número de escolas de tempo integral. A ampliação da rede de creches e escolas de tempo integral é uma prioridade.

Quanto às políticas para idosos ou pessoas com necessidades especiais, estas são ainda mais iniciais.

4**-DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS BASEADAS EM UMA DINÂMICA DE TRANSVERSALIDADE E INTERSETORIALIDADE, PRIORIZANDO AS RELAÇÕES FEDERATIVAS COM ESTADOS E MUNICÍPIOS**

O Ministério da Mulher, sim, tem atenção permanente à diversidade e à desigualdade social e económica entre as mulheres. De forma sistemática e permanente, presta atenção à articulação de raça e género e às condições sociais de pobreza e classe. É muito importante sublinhar que a exigência de políticas públicas universais, que não são visíveis devido ao seu conteúdo de género, como o aumento do salário mínimo, ou o acesso universal à água e à eletricidade, são centrais, particularmente para a população pobre, onde está localizada a maioria das mulheres negras, rurais e indígenas. Também às exigências feitas às mulheres LBT, na sua diversidade de orientação e identidade de género.

5. **RECUPERAR A LEGITIMIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS IGUALITÁRIAS, DA AUTONOMIA DAS MULHERES, NA AGENDA PÚBLICA DO PAÍS.**

Finalmente, existe uma atitude geral por parte do governo para restaurar a legitimidade das relações sociais igualitárias, da autonomia das mulheres, na agenda pública do país.

Uma agenda que articular: crescimento com inclusão, emprego com qualidade, educação para todos e acesso a bens e serviços. Trazendo a igualdade como condição primeira para uma vida plena. E para este fim é preciso frear e acabar com o ódio às mulheres.

BRAIL SEM MISOGINIA

O Ministério está organizando um conjunto de iniciativas pública e nacional de conscientização contra o ódio contra as mulheres, que será uma ação permanente de diálogo com toda a sociedade. E um Pacto Nacional com Estados e Municípios para enfrentamento ao feminicídio. Isto requer uma coordenação muito forte com os Ministérios da Justiça, com os tribunais e com as redes policiais.

A retomada da caminhada para a inclusão e igualdade requer que continuemos a trilhar o caminho dia após dia. E todas e todos que respeite as mulheres e a democracia são muito bem-vindos.

Outubro 2023